

Mills Estruturas
e Serviços
de Engenharia S.A.

**Informações trimestrais em
31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas da Administração às informações trimestrais	13



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitidos pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	338.927	330.682
Contas a receber	4	60.588	65.834
Estoques	5	17.326	13.905
Estoques - outros ativos mantidos para venda	6	7.667	-
IRPJ e CSLL a compensar	7	8.734	12.376
Tributos a recuperar	7	12.758	16.630
Adiantamento a fornecedores		1.139	2.192
Outras contas a receber - venda da investida	8	23.231	22.558
Outros ativos		4.931	8.081
Ativos mantidos para venda	9	6.593	-
		<u>481.894</u>	<u>472.258</u>
Não circulante			
Contas a receber	4	2.419	-
IRPJ e CSLL diferidos	18	106.985	87.984
Depósitos judiciais	19	10.778	10.820
		<u>120.182</u>	<u>98.804</u>
Investimentos			
Ativo financeiro disponível para venda	10	75.052	75.052
Imobilizado	11	757.289	821.192
Intangível	12	44.911	43.441
		<u>877.252</u>	<u>939.685</u>
Total do ativo		<u>1.479.328</u>	<u>1.510.747</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	13.875	13.058
Salários e encargos sociais		16.922	17.670
Empréstimos e financiamentos	14	3.173	3.173
Debêntures	15	162.380	156.562
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.293	1.271
Tributos a pagar		1.127	1.748
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	3	3
Outros passivos		731	270
		<u>199.504</u>	<u>193.755</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	8.008	8.792
Debêntures	15	283.106	281.561
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	20.503	20.125
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		8.175	8.350
Outros passivos		200	215
		<u>319.992</u>	<u>319.043</u>
Total do passivo		<u>519.496</u>	<u>512.798</u>
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	20	688.319	688.319
Reservas de capital	20	31.740	30.935
Reservas de lucros	20	289.840	289.840
Ações em tesouraria	20	(20.287)	(20.287)
Ajuste de avaliação patrimonial	20	9.142	9.142
Prejuízos acumulados	20	(38.922)	-
Total do patrimônio líquido		<u>959.832</u>	<u>997.949</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.479.328</u>	<u>1.510.747</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Receita líquida de vendas e serviços	22	66.120	130.083
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	<u>(67.609)</u>	<u>(90.522)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>(1.489)</u>	<u>39.561</u>
Despesas gerais e administrativas	23	(37.531)	(50.529)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	<u>(15.482)</u>	<u>(539)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		<u>(54.502)</u>	<u>(11.507)</u>
Receitas financeiras	25	11.658	12.551
Despesas financeiras	25	(14.965)	(25.178)
Prejuízo antes dos impostos		(57.809)	(24.134)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>18.887</u>	<u>6.331</u>
Prejuízo do período		<u><u>(38.922)</u></u>	<u><u>(17.803)</u></u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	21(a)e(b)	(0,24)	(0,14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Prejuízo do período		(38.922)	(17.803)
Total do resultado abrangente do período		(38.922)	(17.803)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prêmio de opções de ações	Custo com emissão de ações	Legal	Expansão	Retenção de lucros	Ações em tesouraria			
Em 1º de janeiro de 2016	563.319	-	45.020	(15.069)	32.611	63.649	292.988	(20.287)	-	-	962.231
Prêmio de opções de ações	-	-	1.363	-	-	-	-	-	-	-	1.363
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	124.569	-	-	-	-	-	-	-	-	124.569
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.803)	(17.803)
Em 31 de março de 2016	<u>563.319</u>	<u>124.569</u>	<u>46.383</u>	<u>(15.069)</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>292.988</u>	<u>(20.287)</u>	<u>-</u>	<u>(17.803)</u>	<u>1.070.360</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>688.319</u>	<u>-</u>	<u>49.383</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>193.580</u>	<u>(20.287)</u>	<u>9.142</u>	<u>-</u>	<u>997.949</u>
Em 1º de janeiro de 2017	<u>688.319</u>	<u>-</u>	<u>49.383</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>193.580</u>	<u>(20.287)</u>	<u>9.142</u>	<u>-</u>	<u>997.949</u>
Prêmio de opções de ações	-	-	805	-	-	-	-	-	-	-	805
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.922)	(38.922)
Em 31 de março de 2017	<u>688.319</u>	<u>-</u>	<u>50.188</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>193.580</u>	<u>(20.287)</u>	<u>9.142</u>	<u>(38.922)</u>	<u>959.832</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(38.922)	(17.803)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	38.274	40.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.887)	(6.331)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(110)	1.346
Provisão para despesa com opções de ações	805	1.363
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	22.184	24.728
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	13.896	22.426
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(2.855)	9.031
Provisão para redução ao valor realizável líquido dos estoques mantidos para venda	2.985	-
Provisão (reversão) para estoques de giro lento	(1.428)	119
Outros	(170)	870
(Aumento) Redução dos ativos e aumento (redução) dos passivos:		
Contas a receber	1.059	(910)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(1.783)	(115)
Estoques	(1.993)	108
Tributos a recuperar	3.872	5.073
IRPJ e CSLL a compensar	3.642	4.893
Depósitos judiciais	88	621
Outros ativos	2.234	(1.558)
Fornecedores	987	(930)
Salários e encargos sociais	(748)	(1.497)
Tributos a pagar	(774)	(1.353)
Outros passivos	447	426
Processos judiciais liquidados	(500)	(344)
Juros pagos	(6.024)	(11.726)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>16.279</u>	<u>68.920</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	<u>(7.249)</u>	<u>(1.185)</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(7.249)</u>	<u>(1.185)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	124.569
Amortização de empréstimos	(785)	(785)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>(785)</u>	<u>123.784</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>8.245</u>	<u>191.519</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>330.682</u>	<u>232.011</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u><u>338.927</u></u>	<u><u>423.530</u></u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>8.245</u>	<u>191.519</u>

Até 31 de março de 2017, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 2.355 e efetuou a permuta de créditos no valor de R\$ 6.593, por ativos mantidos para venda, que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa por não refletirem movimentações de caixa.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	92.526	158.057
Cancelamentos e descontos	(19.596)	(18.080)
Outras receitas	3.277	(527)
(Constiuição)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	2.855	(9.059)
	<u>79.062</u>	<u>130.391</u>
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.053)	(1.468)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(47.713)	(28.079)
Baixa de ativos	(3.600)	(23.785)
	<u>(52.366)</u>	<u>(53.332)</u>
Valor adicionado bruto	26.696	77.059
Depreciação, amortização e exaustão	(38.274)	(40.483)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(11.578)</u>	<u>36.576</u>
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	11.658	12.551
Valor adicionado total a distribuir	<u>80</u>	<u>49.127</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	25.649	27.293
Remuneração direta	19.780	20.859
Benefícios	4.466	4.944
FGTS	1.403	1.490
Impostos, taxas e contribuições	(6.136)	9.803
Federais	(6.882)	9.191
Estaduais	323	247
Municipais	423	365
Remuneração sobre o capital de terceiros	19.489	29.834
Juros e variações cambiais	14.324	24.798
Aluguéis	5.165	5.036
Remuneração de capitais próprios	(38.922)	(17.803)
Prejuízos do período	(38.922)	(17.803)
Valor adicionado distribuído	<u>80</u>	<u>49.127</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura e imobiliário, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão, já refletido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada Unidade de Negócio estão mencionadas na nota explicativa nº 26.

As informações intermediárias contidas nessas informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 8 de maio de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o IAS 34 Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2016, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir, apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2016), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2017 são as de “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Gestão de capital”, “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, “Dividendo propostos e juros sobre capital próprio”, “Perdas estimadas por valor não recuperável”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2016, pelas notas explicativas 3, 4, 5, 22, 25 e 29, respectivamente.

2.2 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, divulgadas nas notas explicativas nºs 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 14 de março de 2017 e no dia 21 de março de 2017 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.2.1 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

CPC 48 / IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia definiu metodologia para estabelecer *credit ratings* para seus clientes, que será o indutor da alteração do cálculo da PDD, cujo reflexo será reconhecido no balanço de abertura de 2018, para fins de atendimento à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

CPC 47 / IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia contratou consultoria especializada para o diagnóstico das necessidades para adequação às normas do IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes. A expectativa é ter esse diagnóstico e o plano de ação finalizados, durante o exercício de 2017.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma vai substituir as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia iniciará os estudos relativos à implantação do IFRS 16, a partir do quarto trimestre de 2017. Espera concluí-lo até o segundo trimestre de 2018, de modo a estar totalmente preparada para a implantação definitiva da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	646	41
Aplicações financeiras	<u>338.281</u>	<u>330.641</u>
	<u>338.927</u>	<u>330.682</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2017, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e remuneradas a taxa média de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (101,3%, em 31 de dezembro de 2016).

4 Contas a receber

Unidade de negócio	31/03/2017			31/12/2016		
	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido
Construção	107.816	(73.441)	34.375	117.496	(79.385)	38.111
Rental	85.439	(56.807)	28.632	83.640	(55.917)	27.723
Serviços industriais (*)	3.036	(3.036)	-	3.192	(3.192)	-
Totais	196.291	(133.284)	63.007	204.328	(138.494)	65.834
Circulante	193.872	(133.284)	60.588	204.328	(138.494)	65.834
Não Circulante	2.419	-	2.419	-	-	-

(*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

A Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	138.494	128.156
Impacto líquido de PDD no resultado (i)	(2.855)	21.217
Baixas	(2.355)	(10.879)
Saldo final do exercício	133.284	138.494

(i) No trimestre findo em 31 de março de 2017, a constituição de provisão para devedores duvidos foi de R\$ 15.286 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 79.150) e a reversão de provisão para devedores duvidos foi de R\$ 18.141 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 57.933), gerando um resultado líquido positivo de R\$ 2.855 (em 31 de dezembro de 2016 gerando um resultado líquido negativo de R\$ 21.217).

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes, não existindo, portanto, nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais do contas a receber.

A análise de vencimentos do contas a receber está demonstrada a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
A vencer	41.904	41.693
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	8.991	6.554
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	12.731	16.880
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	8.250	11.739
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	7.928	11.591
Vencidos acima de 180 dias (*)	116.487	115.871
Total	196.291	204.328

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5 Estoques

	31/03/2017	31/12/2016
Matérias primas	1.790	861
Mercadorias para revenda	3.780	3.761
Peças de reposição e suprimentos	13.777	12.732
Provisão para estoque de giro lento (*)	(2.021)	(3.449)
Total	17.326	13.905

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias-primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

6 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Em 6 de agosto de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos da unidade de negócios Rental até 31 de dezembro de 2017, cujo valor total represente até 10% (dez por cento) do valor residual contábil do ativo da referida unidade, conforme verificado no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2015.

Em 15 de março de 2017, foi celebrado um contrato em dólares dos Estados Unidos para a venda para exportação de 170 manipuladores de carga do ativo de locação da Companhia, os quais foram transferidos para estoques - outros ativos mantidos para venda. O cronograma de entrega dos equipamentos se estenderá até o mês de dezembro de 2017. Com a transferência de ativo de locação do imobilizado para estoques, a depreciação desses equipamentos foi interrompida. O custo de aquisição desses bens totalizou um montante de R\$ 24.690 e a depreciação acumulada de R\$ 14.038, conforme demonstrado na nota explicativa 11. O resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

Para esse contrato de venda, a Companhia contratou uma proteção cambial por meio de instrumento derivativo (NDF – *Non Deliverable Forward*).

O Pronunciamento Técnico CPC 16, determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. O cálculo do valor realizável foi realizado com base no valor total da venda, menos o valor do custo dos bens transferidos para o estoque, incluindo as despesas de manutenção e frete interno a serem incorridas. Desta forma, em função dos valores contratados e das despesas previstas para a venda, houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor realizável líquido, no montante de R\$ 2.985.

	31/03/2017	31/12/2016
Estoque - Outros ativos mantidos para venda	10.652	-
Provisão para redução ao valor realizável líquido	<u>(2.985)</u>	<u>-</u>
	<u><u>7.667</u></u>	<u><u>-</u></u>

7 Tributos a recuperar

	31/03/2017	31/12/2016
PIS e COFINS a compensar (*)	11.727	15.403
IRPJ e CSLL a compensar (**)	8.734	12.376
ICMS a compensar (***)	685	844
Outros	<u>346</u>	<u>383</u>
	<u><u>21.492</u></u>	<u><u>29.006</u></u>
Circulante	<u>21.492</u>	<u>29.006</u>

(*) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos, e a expectativa é que sejam realizados até 31 de março de 2018.

(**) Refere-se aos saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados em 31 de dezembro de 2016 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2017.

(***) Corresponde ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da

8 Outras contas a receber - Venda da investida

Em 31 de março de 2017, o montante de R\$ 23.231 (R\$ 22.558 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à última parcela a receber da operação de venda da unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. realizada em novembro de 2013, com vencimento em 10 de julho de 2017.

9 Ativos mantidos para venda

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia celebrou contrato no valor de R\$ 6.593 referente a permuta de créditos do contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda e concluiu que o valor de venda supera o valor contábil.

10 Ativo Financeiro disponível para venda

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de março de 2017, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2016.

b. Perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2016, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor justo, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A avaliação do valor justo é realizada ao final de cada exercício e como não houve alterações significativas nas condições analisadas anteriormente, a Administração entende que não há alteração no valor justo estimado do investimento na Rohr em 31 de março de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016, no qual é de R\$ 75.052. A variação do valor justo foi registrada no Patrimônio Líquido da Companhia como ajuste de avaliação patrimonial, líquido do efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

11 Imobilizado

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.499.502	1.431	1.500.933	31.297	24.211	16.511	1.437	8.711	10.966	-	93.133	1.594.066
Aquisição	2.165	115	2.280	107	-	13	180	631	70	27	1.028	3.308
Baixa/alienação	(102.140)	-	(102.140)	(3.070)	-	(1.333)	(88)	-	(43)	-	(4.534)	(106.674)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(276)	-	(276)	-	-	-	-	-	-	-	-	(276)
Transf p/ estoques mantidos para venda	25.609	-	25.609	-	-	-	-	-	-	-	-	25.609
Transferências	1.479	(1.405)	74	24	(73)	-	-	(25)	-	-	(74)	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-	-	(3.926)	-	-	-	-	-	-	(3.926)	(3.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.426.339	141	1.426.480	24.432	24.138	15.191	1.529	9.317	10.993	27	85.627	1.512.107
Aquisição	1.525	1.017	2.542	49	-	-	96	288	92	3.118	3.643	6.185
Baixa/alienação	(64.330)	-	(64.330)	(216)	-	(9)	(206)	-	(3)	-	(434)	(64.764)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(108)	-	(108)	-	-	-	-	-	-	-	-	(108)
Transf p/bens destinados a venda	(24.690)	-	(24.690)	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.690)
Saldos em 31 de março de 2017	1.338.736	1.158	1.339.894	24.265	24.138	15.182	1.419	9.605	11.082	3.118	88.836	1.428.730
Depreciação acumulada												
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(555.547)	-	(555.547)	(12.528)	(2.826)	(11.300)	(812)	(2.017)	(4.969)	-	(34.452)	(589.999)
Depreciação	(145.240)	-	(145.240)	(4.134)	(670)	(2.019)	(280)	(772)	(857)	-	(8.732)	(153.972)
Baixa/alienação	66.187	-	66.187	1.731	-	1.333	12	-	13	-	3.089	69.276
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(421)	-	-	-	(79)	-	-	(500)	(500)
Transf p/ estoques mantidos para venda	(15.720)	-	(15.720)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.720)
Transferências	-	(39)	(39)	31	-	-	-	8	-	-	39	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(650.320)	(39)	(650.359)	(15.321)	(3.496)	(11.986)	(1.080)	(2.860)	(5.813)	-	(40.556)	(690.915)
Depreciação	(34.969)	-	(34.969)	(945)	(167)	(463)	(60)	(203)	(214)	-	(2.052)	(37.021)
Baixa/alienação	42.359	-	42.359	75	-	7	131	-	2	-	215	42.574
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(96)	-	-	-	(21)	-	-	(117)	(117)
Transf p/estoques mantidos para venda	14.038	-	14.038	-	-	-	-	-	-	-	-	14.038
Saldos em 31 de março de 2017	(628.892)	(39)	(628.931)	(16.287)	(3.663)	(12.442)	(1.009)	(3.084)	(6.025)	-	(42.510)	(671.441)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2016	776.019	102	776.121	9.111	20.642	3.205	449	6.457	5.180	27	45.071	821.192
Saldo em 31 de março de 2017	709.844	1.119	710.963	7.978	20.475	2.740	410	6.521	5.057	3.118	46.326	757.289

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições acumuladas até 31 de março de 2017 por grupamento:

Escoramentos	1.442
Plataformas e manipuladores	341
Máquinas e equipamentos de uso operacional	759
Instalações	288
Obras em andamento	3.118
Outros	<u>237</u>
Total de aquisições	<u><u>6.185</u></u>

A depreciação no período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de março de 2017 a R\$ 34.240 e R\$ 2.781 (31 de março de 2016 R\$ 36.158 e R\$ 3.080), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o período findo em 31 de março de 2017.

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) ao longo de 2016, com base no CPC 01, e, dessa forma, efetuou os testes de *impairment* aplicáveis. O valor recuperável desse conjunto de ativos foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, por meio de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de dez anos para fins de fundamentação do valor em uso, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil.

Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não houve necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ativos das Unidades de Negócio Construção e Rental, no exercício findo de 31 de dezembro de 2016.

A Administração não identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) durante o primeiro trimestre de 2017.

12 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Custo do intangível bruto					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	49.165	3.156	1.484	13.376	67.181
Aquisição	2.144	-	77	-	2.221
Alienação	(503)	-	-	-	(503)
Transferência	1.561	-	(1.561)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	52.367	3.156	-	13.376	68.899
Aquisição	795	-	2.052	-	2.847
Alienação	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2017	53.162	3.156	2.052	13.376	71.746
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(15.535)	(643)	-	(4.232)	(20.410)
Amortização	(4.879)	(174)	-	-	(5.053)
Alienação	503	-	-	-	503
Ajuste crédito PIS e COFINS	(498)	-	-	-	(498)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(20.409)	(817)	-	(4.232)	(25.458)
Amortização	(1.210)	(43)	-	-	(1.253)
Alienação	-	-	-	-	-
Ajuste crédito PIS e COFINS	(123)	-	-	-	(123)
Saldos em 31 de março de 2017	(21.742)	(860)	-	(4.232)	(26.834)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.958	2.339	-	9.144	43.441
Saldo em 31 de março de 2017	31.420	2.296	2.052	9.144	44.912

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 11.

Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não houve necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ágio, no exercício findo de 31 de dezembro de 2016.

13 Fornecedores

	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	13.479	12.635
Fornecedores estrangeiros	<u>396</u>	<u>423</u>
	<u><u>13.875</u></u>	<u><u>13.058</u></u>

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, à prestação de serviços, a compras a prazo de materiais e equipamentos de imobilizado.

14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados ao CDI e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>11.181</u>	<u>11.965</u>
Circulante	3.173	3.173
Não circulante	<u>8.008</u>	<u>8.792</u>
	<u><u>11.181</u></u>	<u><u>11.965</u></u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2017 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	31/03/2017	31/12/2016
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>27.103</u>	<u>27.103</u>
Total das garantias reais	<u><u>27.103</u></u>	<u><u>27.103</u></u>

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME.

As parcelas a vencer ao final do período findo em 31 de março de 2017 estão demonstradas abaixo:

2017	2.388
2018 a 2021	8.793
	11.181

Os empréstimos da Companhia possuem cláusulas restritivas de *covenants* cujos requerimentos encontram-se em linha com os apresentados nas escrituras das debêntures e estão detalhados na nota explicativa nº 15.

15 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/03/2017	31/12/2016
2ª emissão	1ª série	160.940	Ago/2012	Ago/2017	100% CDI + 1,20% a.a.	81.680	84.809
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 7,00 a.a.	155.360	151.721
Custo de emissão						(403)	(480)
						236.637	236.050
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	116,00% CDI	209.180	202.443
Custo de emissão						(331)	(370)
						208.849	202.073
Total de debêntures						445.486	438.123
Circulante						162.380	156.562
Não circulante						283.106	281.561

2ª emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **1ª serie** - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$ 160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a sobretaxa passou a ser de 1,20% ao ano. A primeira dessas parcelas foi liquidada em 15 de agosto de 2016.

- **2ª série** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em 31 de março de 2017, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 162.713 no passivo circulante e de R\$ 283.507 no passivo não circulante e R\$ 162.380 e R\$ 283.106 líquidos dos custos de transação, respectivamente (em 31 de dezembro de 2016, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 156.950 no passivo circulante e de R\$ 282.022 no passivo não circulante, e R\$ 156.562 e R\$ 281.561 líquidos dos custos de transação).

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- Substituição do EBITDA (i) pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO (ii), para o cálculo de covenants para fins de vencimento antecipado;
- Manutenção do EBITDA nos covenants para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- Alteração dos percentuais de juros conforme descrito acima;
- Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- Restrição de mútuos entre partes relacionadas.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, os quais foram alterados pelas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 22 de março de 2017, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (iii) pelo FCO deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do FCO pela Despesa Financeira Líquida (iv) deverá ser igual ou superior a 2.
 - (i) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e
 - (ii) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
 - (iii) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada; e
 - (iv) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Considerando as alterações nos covenants aprovadas pelas Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, no fechamento do período findo em 31 de março de 2017, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

16 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e no exercício de 2016.

Em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	31/03/2017	31/03/2016
Salários e encargos - Diretoria	1.315	998
Honorários do Conselho de Administração	454	204
Bônus	-	639
Pagamentos com base em ações	336	852
Total	2.105	2.693

17 Benefícios a empregados

a. Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(166)	421
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(366)	490
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(164)	513
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(67)	193
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	-	(115)	1.585

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

(i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 19 (a.1)).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/03/2017	31/12/2016
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	73
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	587	587
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	166	157

**Mills Estruturas e Serviços de
Engenharia S.A.**
Informações trimestrais em
31 de março de 2017

	31/03/2017	31/12/2016
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.161	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	856	856
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	366	345
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.757	11.326
Número de opções a exercer (milhares)	677	677
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	164	139
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	3.928	3.739
Número de opções a exercer (milhares)	260	260
Número de opções canceladas (milhares)	67	53
Programa 2016:		
Reserva de capital	719	533
Número de opções a exercer (milhares)	1.700	1.700
Número de opções canceladas (milhares)	115	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	50.188	49.383
Efeito no resultado	(805)	(4.363)

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	31/03/2017	31/03/2016
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.809)	(24.134)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	19.655	8.205
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(768)	(1.874)
Outros	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	18.887	6.331
Alíquota efetiva	33%	27%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	31 de março de 2017
Stock options	7.575	273	-	7.848
Ajuste a valor presente	6	-	(3)	3
Hedge sobre imobilizado	(682)	(111)	144	(649)
Provisões de custos e despesas	746	-	(702)	44
Provisão Estoque Giro Lento	1.172	-	(484)	688
Provisão para Devedores Duvidosos	15.157	4.985	(7.730)	12.412
Perdas Estimadas por Valor não recuperável - Rohr	8.906	-	-	8.906
Ajuste de valor justo - Rohr	(4.710)	-	-	(4.710)
Perdas Estimadas por Valor não recuperável - Benfeitorias em terceiros	1.335	-	-	1.335
Arrendamento financeiro	(1.691)	-	241	(1.450)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.843	441	(313)	6.971
Provisão para Perda Processo Murilo Pessoa	42	-	-	42
Provisão para descontos e cancelamentos	960	972	(606)	1.326
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa - 2016	59.141	21.118	-	80.259
Provisão para realização de crédito tributário	30	-	-	30
Tributos com exigibilidade suspensa	633	58	-	691
Depreciação acelerada	(3.011)	(188)	-	(3.199)
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(672)	-	-	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.476)	(43)	28	(1.491)
Variação cambial passiva	(185)	440	185	440
Variação cambial ativa	(52)	(251)	-	(303)
Gratificações a pagar	643	-	(508)	135
Debêntures	(289)	-	39	(250)
Perda para redução do valor realizado	-	1.016	-	1.016
	<u>87.984</u>	<u>28.710</u>	<u>(9.709)</u>	<u>106.985</u>

c. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

Os saldos dos impostos diferidos reconhecidos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro 2016 possuem fundamentos e expectativas de realização.

19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/03/2017	31/12/2016
Tributários (i)	4.488	4.428
Cíveis (ii)	3.038	3.502
Trabalhistas (iii)	8.900	8.392
Honorários de êxito (iv)	3.052	2.795
Honorários de sucumbência (v)	<u>1.025</u>	<u>1.008</u>
Total	<u><u>20.503</u></u>	<u><u>20.125</u></u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo em 1º de janeiro	<u>20.125</u>	<u>16.612</u>
Constituições	808	5.186
Atualizações monetárias	490	2.830
Reversões	(920)	(4.503)
Baixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo no período	<u><u>20.503</u></u>	<u><u>20.125</u></u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. O principal evento que ocasionou o aumento nas contingências cíveis em comparação com o montante apresentado ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a mudança de prognóstico de possível para provável de um processo em que são reclamados danos morais e materiais oriundos de acidente de trabalho de um empregado, ocorrido em 1991, por parte do advogado externo.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia.

a. Composição dos depósitos judiciais

	31/03/2017	31/12/2016
Tributários (i)	7.585	7.496
Trabalhistas (ii)	3.193	3.324
	10.778	10.820

- (i) Em 31 de março de 2017, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 7.585. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 4.028, como informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica monta em R\$ 2.990. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Tributárias (i)	38.273	35.203
Cíveis (ii)	7.450	8.477
Trabalhista (iii)	15.142	17.230
Total	60.865	60.910

(i) Tributárias, principais itens:

- (a) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados da denúncia espontânea;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de Imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (ii) Cíveis**
A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

(iii) **Trabalhistas**

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

20 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2017, é representado pelo valor de R\$ 688.319 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 688.319) dividido em 175.586 mil (31 de dezembro de 2016 - 175.586 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração da Companhia aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

a.1 Integralização de capital - Emissão de novas ações

Em 19 de abril de 2016, o Conselho de Administração deliberou sobre a homologação do aumento de capital da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 5 de fevereiro de 2016 (“Aumento de Capital”).

a.2 Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	31/03/2017		31/12/2016	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Andres Cristian Nacht	20.704	11,79%	20.704	11,79%
Snow Petrel S.L.	23.677	13,48%	23.677	13,48%
Fundo de Investimento em participações Axxon				
Brazil Private Equity Fund II ⁴	12.294	7,00%	12.294	7,00%
HSBC Bank Brasil S.A.	-	-	-	-
Fama Investimentos Ltda. ²	7.705	6,02%	7.705	6,02%
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. ³	7.039	5,50%	7.039	5,50%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ¹	16.157	9,20%	16.157	9,20%
Outros	88.010	47,01%	88.010	47,01%
	<u>175.586</u>	<u>100,00 %</u>	<u>175.586</u>	<u>100,00 %</u>

1. Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L., consideram a posição referente a 31 de dezembro de 2016 já reportada à CVM, de acordo com a Instrução nº 358/02 da CVM.
2. Em 4 de março de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

3. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

b.3 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 50.188, referente aos planos de *stock options* para os empregados, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 31.740 como reserva de capital em 31 de março de 2017 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 30.935).

d. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em Tesouraria em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao ajuste a valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr, conforme detalhado na nota explicativa 12.

f. Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto social da Companhia prevê, após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

21 Prejuízo por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(38.922)	(17.803)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	126.686
Lucro (prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,24)	(0,14)

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro (prejuízo) líquido usado para determinar o lucro (prejuízo) por ação	(38.922)	(17.803)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	160.540	126.686
Lucro (prejuízo) diluído por ações provenientes das operações continuadas	(0,24)	(0,14)

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de março de 2017 por conta de as ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

22 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	31/03/2017	31/03/2016
Locação	80.911	111.946
Vendas de novos	2.518	3.480
Venda de seminovos	3.449	32.071
Assistência técnica	1.632	1.933
Indenizações	2.786	6.095
Recuperação de despesas	1.231	2.532
	<hr/>	<hr/>
Total receita bruta	92.526	158.057
	<hr/>	<hr/>
Impostos sobre vendas e serviços	(6.811)	(9.893)
Cancelamentos e descontos	(19.596)	(18.081)
	<hr/>	<hr/>
Total receita líquida	66.120	130.083
	<hr/>	<hr/>

23 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas (por natureza)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender à demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se à gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

*Mills Estruturas e Serviços de
Engenharia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2017*

Natureza	31/03/2017			31/03/2016		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(14.861)	(15.767)	(30.628)	(15.586)	(17.065)	(32.651)
Terceiros	(554)	(5.327)	(5.881)	(1.075)	(5.549)	(6.624)
Frete	(3.742)	(2.770)	(6.512)	(2.260)	(1.062)	(3.322)
Material construção/manutenção e reparo	(7.929)	(917)	(8.846)	(9.164)	(747)	(9.911)
Aluguel de equipamentos e outros	(918)	(4.247)	(5.165)	(1.257)	(3.779)	(5.036)
Viagem	(446)	(835)	(1.281)	(340)	(924)	(1.264)
Custo das mercadorias vendidas	(1.053)	-	(1.053)	(1.468)	-	(1.468)
Depreciação/Amortização	(34.240)	(4.034)	(38.274)	(36.158)	(4.325)	(40.483)
Baixa de ativos	(3.383)	-	(3.383)	(22.638)	-	(22.638)
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	-	2.855	2.855	-	(9.059)	(9.059)
Plano de ações	-	(805)	(805)	-	(1.363)	(1.363)
Provisões	-	(390)	(390)	-	(1.691)	(1.691)
Outros	(483)	(5.294)	(5.777)	(576)	(5.504)	(6.080)
Total	(67.609)	(37.531)	(105.140)	(90.522)	(51.068)	(141.590)

24 Outras receitas (despesas) operacionais

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia vendeu 9.071 toneladas (em 31 de março de 2016 - 1.070 toneladas) do imobilizado de locação da Unidade de Negócio Construção como sucata, em linha com a estratégia da Companhia de redimensionamento dos equipamentos de edificações leves e desmobilização das filiais. A receita foi de R\$ 3.103 (em 31 de março de 2016 - R\$ 404) e o custo das baixas totalizou um montante de R\$ 18.585 (em 31 de março de 2016 - R\$ 943), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 15.482 (em 31 de março de 2016 - R\$ 539).

25 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas de juros	1.338	2.445
Receitas de aplicação financeira	10.141	9.512
Descontos obtidos	82	50
Variação cambial e monetária ativa	90	523
Outras	7	21
	<u>11.658</u>	<u>12.551</u>

b. Despesas financeiras

	31/03/2017	31/03/2016
Juros de empréstimos	(378)	(468)
Variação cambial e monetária passiva	(762)	(1.189)
Juros de arrendamento financeiro	-	(7)
Juros Debêntures	(13.061)	(22.240)
Comissões e tarifas bancárias	(67)	(377)
IOF	(2)	-
Outras	(695)	(897)
	<u>(14.965)</u>	<u>(25.178)</u>

26 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura, inclusive em relação às informações comparativas relativas ao mesmo período de 2014, as quais estão sendo reapresentadas.

Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receita líquida	25.311	53.715	40.809	76.368	-	-	66.120	130.083
(-) Custos	(18.408)	(21.905)	(14.962)	(32.459)	-	-	(33.370)	(54.364)
(-) Despesas	(35.164)	(21.637)	(16.842)	(14.128)	173	(1.918)	(51.833)	(37.683)
(-) Provisão para devedores duvidosos	4.262	(6.054)	(1.407)	(3.023)	-	18	2.855	(9.059)
(-) Depreciação e amortização	(19.441)	(21.755)	(18.833)	(18.728)	-	-	(38.274)	(40.483)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(43.440)	(17.636)	(11.235)	8.030	173	(1.900)	(54.502)	(11.506)
Receita financeira	5.573	5.653	5.442	5.580	643	1.318	11.658	12.551
Despesa financeira	(7.389)	(12.633)	(7.276)	(12.202)	(300)	(343)	(14.965)	(25.178)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(45.256)	(24.616)	(13.069)	1.408	516	(925)	(57.809)	(24.133)
(-) IRPJ/CSLL	14.786	6.457	4.270	(369)	(169)	242	18.887	6.330
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(30.470)	(18.159)	(8.799)	1.039	347	(683)	(38.922)	(17.803)

(*) Trata-se de operações remanescentes da antiga unidade de negócio Serviços Industriais - SI.

Ativo por segmento de negócio

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(**)</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Imobilizado								
Custo de aquisição	729.921	839.800	705.402	717.114	-	-	1.435.323	1.556.914
(-) Depreciação acumulada	(367.467)	(360.016)	(303.974)	(247.716)	-	-	(671.441)	(607.732)
	362.454	479.784	401.428	469.398	-	-	763.882	949.182
Outros ativos	324.699	390.991	291.802	311.872	98.945	103.620	715.446	806.483
Ativo total	<u>687.153</u>	<u>870.775</u>	<u>693.230</u>	<u>781.270</u>	<u>98.945</u>	<u>103.620</u>	<u>1.479.328</u>	<u>1.755.665</u>

(**) Trata-se do valor do investimento na Rohr e o saldo remanescente das vendas das investidas Serviços Industriais - SI e Eventos.

27 Instrumentos financeiros

27.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	<u>Valor contábil</u>	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	338.927	330.682
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ativo disponível para venda - Investimento Rohr	75.052	75.052
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	63.007	65.834
Outras contas a receber - Venda investida	23.231	22.558
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	11.181	11.965
Debêntures	445.486	438.123
Contas a pagar a fornecedores	13.875	13.058
Planos de opções de ações	50.188	49.383

27.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

a. Valor justo

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

c. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função de o BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Dívida	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
2ª emissão de debêntures:					
1ª Série	CDI	78.586	76.925	81.680	84.809
2ª Série	IPCA	153.505	137.371	155.360	151.721
3ª emissão de debêntures					
	CDI	194.030	165.260	209.180	202.443

d. Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

e. Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

27.3 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos contratados para o período findo em 31 de março de 2017 referem-se a NDFs sobre a exportação de equipamentos conforme descrito na nota explicativa 6.

27.4 Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

		Efeito no resultado			
Equivalente de caixa	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	338.281	35.383	26.537	17.691
	Total	338.281	35.383	26.537	17.691
			Variação	25,00%	50,00%
		Efeito no resultado			
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
BNDDES	TJLP	(11.181)	(878)	(1.076)	(1.273)
2ª emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	(81.680)	(8.213)	(10.021)	(11.829)
2ª Série	IPCA	(155.360)	(17.691)	(19.395)	(21.099)
3ª emissão de debêntures	CDI	(209.180)	(21.232)	(26.540)	(31.848)
	Total	(457.401)	(48.014)	(57.032)	(66.049)
			Variação	19%	38%
		31/03/2017			
Referências		Provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%	
Taxas					
CDI (%) (i)		8,75%	10,94%	13,13%	
TJLP (%) (ii)		7,00%	8,75%	10,50%	
IPCA (%) (iii)		4,10%	5,13%	6,15%	

Fonte: Relatório Focus de 7 de abril de 2017.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

27.5 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2017							
Empréstimos e financiamentos	333	649	1.914	3.669	5.484	616	12.665
Debêntures	-	79.926	103.061	143.178	195.938	-	522.103
Fornecedores	13.875	-	-	-	-	-	13.875
Em 31 de dezembro de 2016							
Empréstimos e financiamentos	337	653	2.896	3.669	5.484	616	13.655
Debêntures	-	5.815	183.533	142.405	195.627	-	527.380
Fornecedores	13.058	-	-	-	-	-	13.058

27.6 Gestão de capital

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando à manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o EBITDA acumulado dos últimos 3 meses e o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	31/03/2017	31/12/2016
Dívida bancária total	<u>457.401</u>	<u>450.938</u>
Financiamentos	11.181	11.965
Debêntures (vide nota explicativa nº 15)	<u>446.220</u>	<u>438.973</u>
Caixa equivalente de caixa	<u>338.927</u>	<u>330.682</u>
Endividamento líquido	<u>118.474</u>	<u>120.256</u>
Patrimônio líquido	<u>959.832</u>	<u>997.949</u>
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	<u>0,12</u>	<u>0,12</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	31/03/2017	31/12/2016
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:	-	-
Não utilizadas	113.819	113.035
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:	-	-
Utilizadas	11.181	11.965

28 Seguros

Em 31 de março de 2017, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 1.230.130, R\$ 621.625 para danos patrimoniais e R\$ 110.000 para responsabilidade civil.

* * *